

## Introdução

Olá Car@s cursistas!

Iniciamos mais uma unidade, nela iremos falar sobre a Convenção Internacional dos Direitos das Crianças (CDC). Antes disso porém gostaria de fazer um breve "túnel do tempo" para mostrar em que contexto a CDC foi criada.

Após a segunda guerra, com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) se iniciou um movimento mundial em torno da criação de normas internacionais que obrigassem os estados (países) a respeitar direitos humanos.

Fazer com que o maior número de estados possíveis aderissem ao texto não era tarefa das mais fáceis. Por isso, primeiro vieram as Declarações de direitos, por meio das quais os países afirmavam acreditar naquilo que estava exposto no texto, mas não se comprometiam normativamente. Em seguida vieram as Convenções, Tratados e Pactos que valiam sim como norma, se tornavam lei e portanto os estados eram obrigados a respeitar seus dispositivos. As assinaturas se tornavam mais difíceis de conseguir e as reservas mais constantes.

A primeira grande polêmica surgiu quando se tentou formar um tratado que abarcasse direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais de uma só vez, pois assim seria respeitada a interdependência entre eles estabelecida na Declaração Universal de Direitos Humanos. Mais de 20 anos de discussão levaram à construção de duas normas: Pacto de Direitos Civis e Políticos e Pacto de Direitos Econômicos Sociais e Culturais.

Essa necessidade de especialização aliada à necessidade de dar visibilidade a problemas e direitos específicos de certos grupos criou inúmeros tratados especializados sobre mulheres, crianças, indígenas...

## Convenção sobre os Direitos da Criança

Com as crianças não poderia ser diferente, não é mesmo? Primeiramente, em 1959, foi estabelecida a Declaração dos Direitos da Criança e apenas 30 (!) anos depois foi assinada a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), ratificada pelo Brasil no ano seguinte.

A Convenção é até hoje o tratado de direitos humanos mais aceito no mundo, com mais de 190 adesões (apenas os Estados Unidos e a Somália entre os estados hoje conhecidos não aderiram a ela).

A Convenção impõe à Comunidade Internacional a ordem de assegurar a aplicação dos direitos da criança em sua integridade e instar os governos a valorizarem o seu sistema jurídico e de bem estar social, tendo em conta os princípios fundamentais nela ilustrados.

IMPORTANTE OBSERVAÇÃO: a Convenção não faz distinção entre crianças ou adolescentes, apenas informa que, para efeito do que nela for disposto, **criança é pessoa entre 0 e 18 anos de idade**.

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso Permitido com citação obrigatória da fonte

## Princípios da Convenção

A Convenção de 1989, elaborada a partir da iniciativa do Estado da Polônia que primeiro propôs em 1978 um texto para debate, está baseada em quatro grandes princípios:

- **Não discriminação (art.2º)**
- **Melhor interesse da criança (art. 3º)**
- **Sobrevivência e Desenvolvimento (art.6º)**
- **Participação (art.12)**

Reconhece os direitos da criança, dispondo-os em oito grandes agrupamentos:

- (a) Medidas Gerais de Implementação (arts. 4º, 42º e 44[6]);
- (b) Definição de Criança (art. 1º);
- (c) Princípios Gerais (arts. 2º, 3º, 6º e 12º);
- (d) Direitos Civis e Liberdades (arts. 7º, 8º, 13º, 17º e 37(a));
- (e) Ambiente familiar e Cuidados Alternativos ((arts. 5, 18.1, 18.2, 9, 10, 27.4, 20, 21, 11, 19, 39 e 25);
- (f) Saúde Básica e Bem-estar (arts. 6.2, 23, 24, 26, 18.3, 27.1, 27.2 e 27.3);
- (g) Educação, Lazer e Atividades Culturais (arts. 28, 29 e 31);
- (h) Medidas de proteção especial, que inclui: (i) Crianças em situação de emergência (arts.22, 38 e 39); (ii) Crianças em conflito com a Lei (arts. 40, 37 e 39); (iii) Crianças em situações de exploração, incluindo recuperação física e psicológica e reintegração social (arts.32, 33, 34, 35, 36 e 39); iv) Crianças que pertencem a minorias ou a grupos indígenas (art. 30)

## **Convenção internacional e a resposta ao adolescente autor de ato infracional**

A CDC trouxe importantes regras sobre o tratamento dirigido à criança (pessoa com idade até 18 anos, como define em seu art.1º) que infringe as leis penais (pratica ato infracional, em nossa terminologia).

A Convenção proclama que toda criança a quem se atribui a prática de crime deve ter direito à ampla defesa e que, igualmente, deve ser tratada com dignidade e respeito à sua condição de pessoa em desenvolvimento.

A partir da Convenção, assim, a medida socioeducativa aplicada ao adolescente autor de ato infracional (para usar nossa linguagem) deixa de ser vista como um benefício para ele, e justamente em função disto, deve ser aplicada em último caso e durar o menor tempo possível.

Veja a seguir alguns princípios sobre esse tema que estão contemplados na CDC.

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso Permitido com citação obrigatória da fonte

## Convenção Internacional - garantias

Princípio da **legalidade**: não se pode alegar que a criança infringiu as leis penais, nem se pode acusá-la ou condená-la por atos ou omissões que não eram proibidas pelo direito nacional ou internacional no momento em que foram cometidos.

Direito à **presunção de inocência**: não se pode entendê-la culpada até que se prove sua culpabilidade conforme a lei.

**Garantias de Custódia**. ela tem direito de ser informada da acusação e do direito a ser defendido por um advogado. Assim, deve ser pronta e diretamente informado ou, se for o caso, através dos seus pais ou tutores legais, das acusações contra ela dirigidas, e dispor de assistência jurídica ou outra assistência adequada para a preparação e apresentação de sua defesa.

**Direito de não testemunhar contra si próprio**. Não pode ser obrigada a testemunhar ou a confessar-se culpada.

**Princípio do contraditório e da igualdade de condições entre as partes**. Ela tem direito de utilizar-se, para sua defesa, dos mesmos recursos utilizados pela acusação. Tem direito de produzir provas, inclusive fazer perguntas para testemunhas de acusação e ouvir suas próprias testemunhas.

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso Permitido com citação obrigatória da fonte

## Convenção Internacional - garantias

**Garantia do devido processo legal.** Ela tem o direito de ser julgada por um juiz competente, predeterminado pela lei e imparcial, devendo ser pessoalmente ouvida na presença de um advogado. Tem direito também a recorrer (pedir a revisão da sentença) de eventual condenação caso aconteça.

**Princípio da celeridade.** Tem direito a ter seu caso decidido sem demora. Este princípio, inerente a qualquer processo, é particularmente relevante quando se trata de crianças, pois elas têm uma concepção da passagem do tempo de maneira diferente dos adultos. Para que uma medida seja efetiva contra uma criança, não deve ser imposta tarde demais, porque então a criança não se relaciona com o ato cometido, que foi há muito tempo, e será ineficaz.

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso Permitido com citação obrigatória da fonte

## Convenção Internacional - garantias

**Princípio da especialidade.** a criança tem direito a ser processada e julgada por autoridades especializadas (Justiça Especializada) e de cumprir medida em instituições também especializadas (separada dos adultos).

**Idade mínima para responsabilização.** A criança tem direito a que seu país estabeleça uma idade abaixo da qual presume-se que ela não tem capacidade para infringir a lei penal (no Brasil esta idade foi fixada aos 12 anos). Estas crianças (no Brasil, menores de 12 anos) são consideradas criminalmente irresponsáveis ou isentas de responsabilidade criminal de qualquer tipo. Acima dessa idade, elas já podem ser reponsabilizadas quando cometem infração de natureza penal, mas têm direito a um sistema diferente dos adultos.

**A privação de liberdade como última alternativa.** Uma série de medidas, tais como o cuidado, a orientação e supervisão, aconselhamento, liberdade vigiada, a assistência social, programas de educação e formação profissional devem ser oferecidos como alternativas à institucionalização quando uma criança comete infração penal.

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso Permitido com citação obrigatória da fonte

## Cumprimento das regras da CDC

A Convenção, tais como outros tratados internacionais de direitos humanos, para que seja realmente observados pelos países que a assinam, criou mecanismos de monitoramento que os obrigam a enviar regularmente relatórios narrando como está a efetivação do tratado no país.

Um comitê especial das Nações Unidas pode fazer recomendações aos países para que se adequem ao que impõe a Convenção.

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso Permitido com citação obrigatória da fonte



## Sintetizando

1. A CDC é um acordo entre países do mundo pelo qual eles se comprometem a reconhecer e fazer valer - editando inclusive leis internas nesse sentido - uma série de direitos fundamentais para crianças (definida nela como pessoa até 18 anos).
2. A CDC é aceita por quase todos os países do mundo e, no Brasil, serviu de base para todo nosso direito vigente em relação à criança e o adolescente.
3. Traz a idéia de criança como sujeito de direitos humanos em geral e direitos específicos decorrentes de sua condição de pessoa em desenvolvimento. Rompe com a idéia de que crianças e adolescentes são plenamente incapazes, reconhecendo-os como dotados de autonomia progressiva e com direito a expressar sua opinião e tê-la levada em conta em todos os assuntos que a afetem.
4. Traz também uma nova forma de tratar a questão da infração praticada por pessoa menor de 18 anos, mandando os países estabelecer uma idade abaixo da qual a criança não pode ser responsabilizada e impondo a necessidade de um sistema de responsabilização diferenciada para crianças que se encontrem acima dessa idade (no Brasil nós as chamamos de adolescentes), distinto do tratamento dirigido aos adultos.
5. Para essa faixa de crianças (no Brasil, chamada de adolescentes) que infringem leis penais a CDC estabelece uma série de direitos específicos de defesa.

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso permitido com citação obrigatória da fonte

## Saiba mais

Os tratados de direitos humanos estão disponíveis em português e com informação sobre o Brasil na [Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da USP](#).

Já todas as informações sobre o status mundial de ratificação podem ser encontradas na página do [Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos](#).

Para quem quiser se aprofundar mais e se disponibilize a ler um texto em espanhol, clique [aqui](#) para acessar dois textos de comentários à CDC.

Para ter acesso à edição bem cuidada da Convenção, produzida pelo UNICEF, clique [aqui](#).

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso Permitido com citação obrigatória da fonte